

Dia 08/01/2023 – tentativa de Golpe de Estado

Humberto Dantas¹

Em janeiro o Brasil completou um ano da violência que cicatrizou a nação. Nesse período, assistimos às primeiras condenações, a atitude intensa do STF e a estranha atitude de atores que utilizam discursos defendendo criminosos que participaram da destruição do patrimônio público se autodenominando patriotas e, principalmente, promoveram atentado ao Estado Democrático de Direito. O caráter sombrio das atenuações é tão ameaçador, que se falou em anistia para “pacificar o ambiente”, termo historicamente utilizado no país para perdoar afrontas institucionais.

Muito se produziu de interpretações sobre 08/01, mas perdura a ideia de se tentar compreender se houve ou não tentativa de Golpe de Estado. No julgamento de um dos presos, ministro do STF se posicionou contra o enquadramento, pois se houve intenção, ela não foi consumada. O argumento soa estranho, pois se a movimentação fosse “bem-sucedida”, não existiriam julgamentos, tribunais e punições. Aliviar o castigo, nesse caso, estimula tentativas, até que uma “enfim vingue”.

Com base em tais aspectos: houve tentativa de golpe? A resposta será dada comparando o que se sabe da realidade com as conceituações de três dicionários de política onde existe o verbete “Golpe de Estado”: o clássico “Dicionário de Política” de Bobbio, Matteucci e Pasquino; o “Dicionário de Política” de Sousa, Garcia e Carvalho e; o “Dicionário das Eleições”, que organizei com Souza, Alvim e Barreiros Neto em contribuição bem recente.

Em todas essas obras, utilizando narrativa de Bobbio et.al., as questões centrais são de natureza histórico-conceitual, bem como se busca compreender quem e como se protagonizam golpes. Nas respostas pensadas a partir do século XX, soberanos e políticos perdem força e os servidores públicos, com ênfase absoluta nas forças militares e policiais são cúmplices e/ou partícipes das ações, caracterizadas por violenta ruptura institucional que beneficia quem ESTÁ no poder ou quem de lá se pretende RETIRAR. Há, ainda, apoio explícito de parte das massas e das elites, ou ao menos omissão. Quando “bem-sucedido”, um golpe instaura novo ordenamento

jurídico, justificando pedido de legitimidade a outros governos nacionais. Ademais, tende a extinguir partidos políticos, ou alterar a existência de tal sistema. A tomada das sedes dos poderes instituídos é característica antiquada, mas simbólica, e mais estratégico é o controle ou interrupção de rodovias, portos, aeroportos, meios de comunicação e centrais tecnológicas. Um golpe pega muitos de surpresa, mas é gestado no tempo.

Vamos aos fatos conhecidos: “a Democracia só existe se as Forças Armadas quiserem”, disse Bolsonaro em março de 2019. O ex-presidente sempre criticou os partidos políticos, lhes atribuindo papel central na corrupção. Sua carreira parlamentar louvou a ditadura consolidada em clássico golpe de 1964. Desde ao menos 2018, Bolsonaro desqualifica os processos eleitorais com críticas ao Poder Judiciário e, incisivamente, à urna eletrônica. Para completar, a atual inelegibilidade do ex-mandatário está baseada em evento com representantes de embaixadas, buscando apoio internacional à narrativa contrária às eleições. Após o pleito, apoiadores fecharam rodovias, planejaram atentados contra aeroportos e linhas de energia, formularam documentos de estado de exceção, proferiram discursos parlamentares em tom de ameaça à democracia, relativizaram ocorrências, organizaram acampamentos em quartéis que pouco fizeram para desmobilizar desobediências, utilizaram meios de comunicação para incitações etc. Em 08/01/2023 houve participação para além dos criminosos de Brasília, sobretudo no financiamento e organização das ações.

Diante de tais aspectos, bem ou mal arquitetado e sucedido, aos olhos conceituais, houve tentativa de Golpe de Estado no Brasil. Resta conhecer rapidamente, diante de declarações que atenuam atos e desqualificam a justiça, os responsáveis, os punindo e evidenciando legalmente se: políticos “apenas inspiraram” ou também organizaram ações; quem financiou e, principalmente, quais setores das Forças Armadas apoiaram a tentativa de Golpe. E pouco importa, hoje, quem seria colocado no poder e o que se anunciava em termos de engenharia institucional.

¹ Cientista político, doutor pela USP e parceiro da KAS.

O G20 no Brasil e o Brasil no G20

Ana Carolina Abreuⁱ

O Brasil assume a presidência do G20 pela primeira vez em 2024, tendo o Rio de Janeiro como ponto de encontro dos líderes das 20 maiores economias do mundo em novembro. O Grupo dos Vinte (G20) é o principal fórum para a cooperação econômica internacional, composto pelas 19 maiores economias do mundo, pela União Europeia e pela União Africana, desde 2023. Ao longo de um ano inteiro, a presidência brasileira será o maestro da orquestra de reuniões do G20, dando o tom a uma série de discussões temáticas que cobrem as principais questões relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico mundial, desde comércio e finanças, até infraestrutura, saúde e educação.

Como um país tradicionalmente diplomático e defensor do multilateralismo, o Brasil assume a presidência do G20 com uma profunda compreensão da necessidade de colaboração em um mundo em transformação. No entanto, alguns desafios geopolíticos transcendem este processo. As guerras da Ucrânia e Israel-Palestina devem seguir provocando fissuras profundas entre os posicionamentos dos países. Na edição indiana do G20 em 2023, a dificuldade em estabelecer uma abordagem sobre o conflito ucraniano na declaração de cúpula sinalizava que o G20 estava divididoⁱⁱ. Ainda, o G20 no Brasil será durante um superano de eleições ao redor do globo, contando com mais de 40 eleições nacionais ou transnacionais, em países que concentram mais de 40% da população mundialⁱⁱⁱ. Os Chefes de Estado que participarão da Cúpula em novembro podem ter alinhamentos ideológicos totalmente diferentes daqueles que negociaram ao longo de todo ano a agenda final. Por fim, a crise climática se faz mais presente do que nunca num contexto em que ainda falta direcionamento contundente de investimentos para tecnologias e medidas de mitigação e adaptação do clima.

Neste cenário, as prioridades da presidência brasileira buscam consensos de perspectivas e orientações políticas de questões menos sensíveis, porém estratégicas para o país e ainda relevantes para os demais integrantes do grupo. Sobretudo aos países do Sul Global, aproveitando a vigência da Troika atual formada por Índia,

Brasil e África do Sul para avançar com debates mais latentes para países em desenvolvimento, como combate à pobreza e à fome, mobilização para o desenvolvimento sustentável e a proteção do clima, e reforma das instituições de governança global. Ainda, mediante a sua vocação natural e posicionamento político como líder da pauta ambiental e climática, o Brasil aproveitará o momento para reforçar a necessidade de um maior financiamento para os países que têm grande potencial de alavancar a transição ecológica-econômica global, mas que não possuem dinheiro suficiente para tal.

Ressoando as prioridades brasileiras para o G20, Rio de Janeiro e São Paulo compartilham a presidência do Urban 20 (U20), grupo de engajamento de representantes das cidades de países do G20 que destaca as perspectivas urbanas a serem consideradas nas decisões dos Chefes de Estado. O U20 se dedicará, então, a pensar sobre problemas críticos para as cidades, principalmente as brasileiras, como saneamento básico, mobilidade urbana, e prevenção de desastres. O Rio pretende contribuir ativamente em frentes nas quais já possui protagonismo, compartilhando experiências de adaptação climática, inclusão social e economia circular, além de advogar fortemente pelo financiamento do desenvolvimento urbano sustentável.

Além do U20, existem outros Grupos de Engajamento em que a sociedade civil se organiza portemas de interesse para participar e influenciar as decisões finais. Tanto a presidência da república como o Rio têm estimulado a participação e contribuição da sociedade civil no processo. A Prefeitura do Rio estabeleceu o Comitê Rio G20 não só para apoiar a presidência na organização das reuniões oficiais, mas para promover iniciativas existentes e inovadoras que tratem dos temas do G20 ao mesmo tempo que endereçam questões locais, por exemplo, através de eventos paralelos que vão desde iniciativas culturais e comunitárias até discussões internacionais.

Portanto, o Brasil, como país, cidades e população brasileira, está numa posição única de liderar discussões globais críticas, forjar novas parcerias e mostrar os seus pontos fortes. A Cúpula do G20 no Rio é mais do que um evento de grande visibilidade

das ações locais e nacionais; é uma plataforma única de intercâmbios intelectuais e culturais para coordenar esforços conjuntos, obter ganhos com compromissos multilaterais, e reforçar o papel do Brasil como um catalizador da cooperação internacional no G20 e no mundo.

ii http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/10/Boletim_OPSA_2023_n3.pdf

¹ Internacionalista pela PUC-Rio e Membro do Comitê Rio G20 da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

iii <https://www.cartacapital.com.br/mundo/2024-o-superano-de-eleicoes-pelo-mundo/>

A crise no Equador e suas dimensões regionais e globais

Danilo Marcondes¹

A recente crise de segurança no Equador posiciona os holofotes em relação à continuidade da insegurança na América Latina. O Equador já passou por diferentes períodos de estado de emergência na sua história política recente, mas a declaração de “conflito armado interno” pelo Presidente Daniel Noboa (empossado em novembro de 2023) é sem precedentes na história do país.

É importante pensar a situação recente no Equador também do ponto de vista das suas implicações regionais e internacionais mais amplas. Por exemplo, a crise de segurança no país acontece em momento de grande visibilidade para a diplomacia equatoriana, já que o país ocupa um dos dois assentos não-permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas destinados ao Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC). O mandato equatoriano no Conselho será concluído ao final de 2024.

No contexto regional latino-americano, os principais desafios para as autoridades equatorianas estão associados ao emprego de soluções que não permitam a reorganização e o fortalecimento dos grupos criminosos, gerando mais instabilidade. Analogias com situações similares vividas em El Salvador e na Colômbia devem ser abordadas de maneira cautelosa, para evitar que as medidas empregadas afetem a estabilidade política, o Estado de Direito e a manutenção da democracia no país.

A instabilidade no Equador também reforça o papel do país como consumidor de tecnologia de segurança e a busca por fornecedores e novos parceiros internacionais. Por exemplo, em 2019, o Equador adquiriu sistemas de vigilância oriundos da China, produzidos pela estatal CEIEC, e pela Huawei. Em 2023, China e Equador firmaram um acordo de cooperação interinstitucional na área de segurança.

O episódio recente também significou uma retomada da cooperação em segurança fornecida pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA), que havia sido interrompida durante o mandato do Presidente Rafael Correa (2007-2017). Antes da crise atual, a União Europeia (UE) já havia incrementado a cooperação com o Equador. Um Memorando de Entendimento foi assinado em 2023, incluindo combate ao crime organizado transnacional e ao tráfico de drogas. As autoridades de polícia e segurança da UE estão prestando cooperação para o fortalecimento da segurança do

porto de Guayaquil.

A situação no Equador também é acompanhada pelos países fronteiriços. Por exemplo, as autoridades colombianas estão preocupadas que Adolfo Macías, conhecido como Fito, líder da principal facção criminosa do país *Los Choneros*, possa ter entrado em território colombiano após a sua fuga da prisão em janeiro de 2024. No mesmo mês de janeiro, as autoridades equatorianas capturaram no território equatoriano o líder da Frente Oliver Sinisterra, movimento dissidente das Farc, que foi deportado para a Colômbia.

Apesar do Brasil não fazer fronteira com o Equador, a situação no país também é acompanhada com atenção pelas autoridades em Brasília. A comunidade brasileira residente no Equador gira em torno de 3500 pessoas. A Polícia Federal não possui adido residente em Quito, mas acionou os seus adidos no Peru e na Colômbia.

Por fim, um olhar especial deve ser dedicado às organizações regionais, principalmente no contexto de relançamento das iniciativas de integração sul-americana. O Equador é um país amazônico e membro da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), sediada em Brasília. O processo recente de revitalização da organização, simbolizado pela reunião de Belém do Pará em 2023, indicou a importância de reforçar e ampliar a cooperação policial, judicial e de inteligência no combate a atividades ilícitas.

A crise de segurança no Equador é uma questão doméstica com implicações regionais e globais significativas. O fortalecimento da capacidade dos agentes estatais em responderem às ameaças requer uma cooperação regional e global que permita um compartilhamento de boas práticas junto com o fortalecimento da democracia no país.

¹ Danilo Marcondes é PhD em Politics and International Studies pela Universidade de Cambridge e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e Bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ.

As opiniões externadas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores e não necessariamente representam as opiniões da Fundação Konrad Adenauer.